

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE MEDICINA  
DEPARTAMENTO DE MEDICINA SOCIAL**

**SOLANGE DE FREITAS SANGUEBUCHÉ**

**A PSICOLOGIA E AS PERSPECTIVAS FRENTE A EMERGÊNCIAS E  
DESASTRES**

**PORTO ALEGRE  
2016**

**Solange de Freitas Sanguebuche**

**A PSICOLOGIA E AS PERSPECTIVAS FRENTE A EMERGÊNCIAS E  
DESASTRES**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Especialização em Saúde Pública, pela Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do certificado de Especialista em Saúde Pública.

**Orientador:** Prof. Dr. Ronaldo Bordin

**PORTO ALEGRE**

**2016**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, a Deus.

Aos meus pais, Francisco e Irene, por me proporcionarem essa experiência e formação.

À minha amada filha Victória, sempre tão carinhosa e compreensiva em minhas ausências.

Ao Lucas, à Maxiomara, à Irene e ao Teodoro, que me ajudaram nas minhas viagens sempre que fosse possível.

Ao meu orientador, Ronaldo Bordin, pelos ensinamentos, pela compreensão e paciência nesta construção.

Obrigada!

## RESUMO

Um dos novos espaços de atuação da psicologia é o campo das emergências e desastres, definidos como eventos que envolvem mudanças climáticas, terremotos, enchentes, incêndios de grandes proporções, acidentes aéreos, entre outros. A partir disso, objetiva-se caracterizar a produção bibliográfica sobre as práticas interventivas desenvolvidas por psicólogos frente a situações de emergência e desastre, publicada no Brasil e indexada na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no período 2011 a 2015. Para tanto, a metodologia selecionada consiste em pesquisa bibliográfica com emprego dos descritores “Psicologia”, “Emergência”, “Desastres” e “Brasil”; apenas quatro trabalhos na íntegra foram encontrados, com três selecionados para este estudo. Percebe-se que os textos apontam para a conformação de um novo campo de atuação do psicólogo e seu despreparo para atuar em situações de emergência e desastre. Ainda que possa atuar nas fases prévias, durante e após o desastre, as intervenções descritas se concentram no pós-impacto, na identificação de riscos e vulnerabilidades. Finalmente, conclui-se que, pelo número de artigos encontrados, esse é um campo de estudos pouco abordado na produção científica da área.

Descritores: Administração e Planejamento em Saúde, Políticas Públicas, Psicologia, Emergência, Desastres.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVSMS	Biblioteca Virtual de Saúde do Ministério da Saúde
CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
Decs	Descritores em Ciências da Saúde
EUA	Estados Unidos da América
GPS	<i>Global Positioning System</i>
PAP	Primeiros Auxílios Psicológicos
RS	Rio Grande do Sul
SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SUS	Sistema Único de Saúde
SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SC	Santa Catarina
TEPT	Transtorno de Estresse Pós-traumático
UBS	Unidade Básica de Saúde
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>2</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>4</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2 CONTEXTO DO ESTUDO .....</b>	<b>7</b>
2.1 PSICOLOGIA, EMERGÊNCIAS E DESASTRES .....	7
2.2 PERCEPÇÃO DE RISCO.....	9
2.3 PSICOLOGIA E ALGUMAS PRÁXIS.....	11
<b>3 OBJETIVOS.....</b>	<b>15</b>
3.1 OBJETIVO GERAL.....	15
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	15
<b>4 MÉTODOS .....</b>	<b>15</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>25</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Para este trabalho, objetiva-se identificar a produção bibliográfica referente à psicologia em cenários de emergências e desastres, no período de 2011 a 2015. Por emergências e desastres, entende-se como os eventos que envolvem mudanças climáticas, terremotos, enchentes, incêndios de grandes proporções, acidentes aéreos, entre outros.

Para atuar nessa área, o profissional de psicologia precisa ter formação específica para trabalhar com os fatores preventivos de promoção de saúde e pós-traumáticos do comportamento humano, visto que, isso está envolvido direta ou indiretamente com as situações de emergência.

Cabe, então, ao psicólogo, contextualizar os sentimentos individuais e coletivos, de maneira a levar em consideração o sentido de reconstrução de identidade. Dessa maneira, o profissional apresenta aos envolvidos - vítimas, familiares, comunidade e a outros especialistas - a importância em ter assistência psicológica, para promover o bem-estar, conforme indica o CRP (2009).

Segundo Bruck (apud Farias, Scheffel e Schruher Jr., 2011, p. 2), “a Psicologia das emergências postula, em primeiro lugar, a emergência do humano”, ou seja, as prioridades precisam ser acolhidas em favor às manifestações de cada sujeito, para que, assim, depois da primeira assistência, estes consigam enfrentar o evento e as consequências decorrentes do mesmo.

Carvalho (2009, p. 2) considera “relevante historiar o quanto a produção científica sobre o tema evoluiu nacionalmente e regionalmente”. Dessa forma, procura-se identificar a posição do psicólogo frente ao tema em estudo. Assim, este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica sobre o tema “práticas interventivas desenvolvidas por psicólogos frente a situações de emergência e desastre”, com revisão em artigos científicos indexados, entre 2011 e 2015, na base *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

## 2 CONTEXTO DO ESTUDO

### 2.1 PSICOLOGIA, EMERGÊNCIAS E DESASTRES

Diante dos desastres naturais que têm afetado cada vez mais pessoas em todo o mundo, compreende-se o desenvolvimento de uma sequência de situações impróprias que provocam a necessidade de atenção psicológica. Tais desastres causam incômodo na vida do sujeito afetado por diversos fatores, seja sob as questões dos ferimentos físicos sofridos - pela perda de suas casas e patrimônios materiais - seja sob o aspecto social - pelos danos psicológicos diante das perdas.

Sobre a inserção do psicólogo na área de desastres, segundo Carvalho e Borges (2009), o primeiro estudo ocorreu no ano de 1909, com o psiquiatra Edward Stierlin, que estudava as emoções das pessoas envolvidas em catástrofes naturais; mais tarde, em 1944, Lindemann foi responsável por um estudo sobre a intervenção psicológica no pós-desastre, mediante avaliação dos familiares dos sobreviventes do incêndio no Clube Noturno Coconut Grove, em Boston, EUA. Já no Brasil, conforme Chemello (apud Farias, Scheffel e Schruher Jr., 2011), o primeiro registro sobre a inclusão da psicologia na análise e na intervenção em emergências e desastres ocorreu no acidente com césio-137 na cidade de Goiânia, em 13 de setembro de 1987, o maior acidente radioativo do país.

A partir da inserção do profissional nesta área de estudo, o significado de desastre pode se formar: segundo Leal (2010), esse conceito é bastante abrangente e pode ser descrito da seguinte forma:

[...] eventos extraordinários de causas naturais, humanas ou antropogênicas e mistas, provocam destruições consideráveis de bens materiais e podem ter como resultado mortes, lesões físicas e sofrimento humano. Esses fenômenos podem ser lentos ou repentinos, naturais, como enchentes, inundações, terremotos, furacões, ou podem ser produzidos pelo homem, como as guerras, o terrorismo, incêndio, contaminação química ou nuclear ou vandalismo social, uma nova forma de desastre humano. (Leal, 2010, p. 13-14)

Ainda, é relevante o conhecimento sobre a atribuição de sentido à emergência que, para Bruck (apud Farias, Scheffel e Schruher Jr., 2011) entende-se como “uma situação crítica, acontecimento perigoso ou fortuito, incidente, casos de urgência, atendimento rápido a uma ocorrência, ou seja, como uma situação que exige providências imediatas e inadiáveis”.



A psicologia, quanto aos desastres como campo de estudo, se propõe a estudar os efeitos e consequências de riscos e acidentes no âmbito individual e coletivo, bem como do trabalho de prevenção a desastres e de auxílio às vítimas de modo a ajudar no processo de reconstrução de suas vidas no pós-desastre. Embora recente no Brasil, conforme Coêlho (2006), essa área do conhecimento contempla uma ampla bagagem de investigações e referenciais teóricos que evoluíram, de estudos descritivos e individuais, para trabalhos estatisticamente significativos até propostas de técnicas específicas de intervenção.

A atuação da psicologia sobre esses fenômenos, tais como os desastres, pode e, necessariamente, deve ser compreendida de maneira dinâmica conforme as diferentes especialidades e enfoques que existem desde o surgimento da profissão de psicólogo. Ainda segundo Silveira (apud Farias, Scheffel e Schrubert Jr., 2011), na realidade, pode-se identificar que o perfil do psicólogo costuma relacionar-se à etapa da emergência na qual ele trabalha e faz suas intervenções. Para o referido autor, o papel da psicologia seria:

[...] de promover ações que otimizem o tempo, criando uma rede de informações, facilitando a transmissão de dados importantes sobre a realidade da comunidade afetada aos apoiadores, dando referências e possibilitando a reorganização social e psíquica de cada um e do coletivo (rede de suporte social). (Silveira, apud Farias, Scheffel e Schrubert Jr, 2011, p. 15)

As intervenções do campo da psicologia não se justificam apenas pela presença de uma doença mental, mas também são legitimadas pela presença de sofrimento psíquico humano. O objetivo do profissional psicólogo, conforme Heredia (2006) é a prática social concomitante ao auxílio para o entendimento de sentido nos comportamentos, nos problemas e nas adversidades que as pessoas enfrentam na realidade físico-social em que vivem. Dessa forma, o psicólogo busca intervenções para a saúde interessado não só na doença, mas também na avaliação sobre como os riscos daqueles contextos podem afetar as pessoas envolvidas. Assim, percebe-se que, conforme elucida Coêlho (2006), quando ocorre um evento de emergência e/ou desastre, que, por sua gravidade, ultrapassa a capacidade de resposta de uma sociedade ou comunidade, já não são os sujeitos que parecem enlouquecer, e sim, as coisas que estão ao seu redor.

Ademais, muitos indivíduos, diante do imprevisto e da intensidade do fato, tendem a apresentar dificuldades em sua maneira de reagir. Em decorrência disso, Heredia (2006) estabelece que quando ocorre uma situação inesperada, que transcende os espaços individual e grupal, as reações ao imprevisto poderão ocorrer de formas distintas: algumas pessoas ficam paralisadas; outras, não, pois não só ficam afetadas pelo tamanho do estímulo como pela falta de sentido do evento, ainda como demonstra a autora. Para reforçar a ótica delineada, Molina (2011) afirma que:

Atualmente, não é mais estranho saber que psicólogos estão fazendo parte de dispositivos de resposta posteriores a um desastre, e isso significa que nossos colegas começam a ficar inquietos na busca por algum tipo de formação especializada neste âmbito. O tema da Psicologia vinculada a emergências e desastres vem sendo desenvolvido nos aspectos profissional, acadêmico e sindical. Atualmente podemos perceber diversos avanços significativos nessas três linhas de desenvolvimento para o contexto latino-americano. (Molina, 2011, p. 89)

O próprio Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005, p. 8) prevê, em seu Art. 1º, que é dever fundamental, segundo o item d da legislação: “prestar serviços profissionais em situações de calamidade pública ou de emergência, sem visar ao benefício pessoal”, assim constituindo uma obrigação ética atentar-se para os episódios de riscos que acontecem com alta incidência.

No entanto, nessas situações, é fundamental que a prática a ser constituída parta da revisão de técnica e de recursos para tal abordagem, de forma que esta assistência dê conta da demanda que já existe. Conforme Franco (2013), mesmo que haja pouca ponderação a respeito das situações de emergências e desastres, a postura predominante nessas situações é a assistencialista, além da realização de um trabalho que permita a comunicação entre diferentes áreas do conhecimento.

Dessa forma, a partir do entendimento da emergência como fenômeno notavelmente social (Molina, 2006), entende-se que a psicologia pode contribuir em diferentes linhas de intervenção, que variam segundo o momento. Um psicólogo ligado às emergências tende à flexibilidade e, de forma geral, é um profissional que contribui em trabalhos de preparação, de intervenção e de gestão, conforme seja sua linha teórica.

## 2.2 PERCEPÇÃO DE RISCO

Antigamente, segundo Molina (2011), pensava-se que, diante de uma situação emergencial, as pessoas envolvidas poderiam cometer atos de vandalismo e até mesmo entrar em estado de pânico; porém, conforme relatam profissionais que atuam nas intervenções de resgates em emergências percebem que não é isso que acontece. Os indivíduos afetados geralmente querem participar e colaborar: as pessoas menos feridas ajudam a segurar o outro que se encontra em situação pior, mais ferido, o que corrobora a postulação de Molina (2011) sobre o fato de isso contribuir para a existência de cooperação entre os indivíduos. Ademais, a ocorrência de pavor também depende do lugar onde o desastre acontece: Molina (2006) destaca que poderá haver sentimento de impotência caso a emergência ocorra em local fechado e que apresenta dificuldade à saída; caso o fato emergencial ocorra em ambiente aberto, é possível que os sujeitos não ajam de forma descontrolada. Por isso, é importante observar essas questões quando é feita a abordagem nas comunidades.

No que tange às informações que são passadas à população, Coêlho (2006) acrescenta que a cautela é imprescindível, já que informações errôneas podem causar mais prejuízo do que a falta das mesmas, pois, sem uma informação sólida, o estado de pânico pode ser grande. Para tanto, é possível a utilização de sistemas de identificação – como GPS e celulares – de modo que seja facilitada a identificação do estado de um acontecimento emergencial, como indica Coêlho (2006). Tais informações geralmente vão de encontro às informações de nível técnico sobre a percepção de risco.

Para Lopes (2006), um desastre é resultado de um trajeto de exclusão social, isto é, um desastre não acontece, seja da maneira que for, justamente em função das vulnerabilidades, de uma hora para outra. Lopes (2006) ainda esclarece que a trajetória de exclusão – que leva ao desastre – é resultante ao acesso precário a condições básicas como saúde, assistência, habitação e informação. Por isso, é preciso pensar a maneira de intervir, não apontando o que deve ser feito, mas como deve ser feito para construção e reconstrução da vida das pessoas atingidas. De forma a corroborar isso, Lopes (2006) demonstra que, em alguns países como Paquistão e Bangladesh, existem projetos sobre desastres e percepção de risco; por isso, engenheiros estabeleceram um padrão de proteção de estrutura física que, em alguns

casos, não é completamente bem sucedido já que muitos indivíduos preferem não sair de suas casas – e evitar o acometimento por algum desastre – em decorrência das condições precárias dessas localidades (há regiões pobres em que as pessoas não se deslocam de sua moradia pelo medo de serem furtadas).

Dessa forma, pensa-se que é preciso que as pessoas em situação de vulnerabilidade comecem a compreender como ocorre a percepção de risco. Segundo Molina (2011), o risco representa sentidos diferentes para cada pessoa, a exemplo disso: para alguém que mora em beira de rio, porque não tem outro local para residir, o risco possui um sentido singular e diferente do que para pessoas que vivem em condições melhores. Assim, as informações, com base na percepção de risco individual de cada sujeito, podem ser muito difíceis. Sugere-se, portanto, que seja realizada uma atividade de prevenção que consistiria na realização de trabalhos, como oficinas sobre o que é risco nas comunidades. Coêlho (apud Farias, Scheffel e Schruher Jr., 2011) discorre sobre o assunto:

Alguns chegam para conversar comigo e dizem que moram em determinado lugar porque seus recursos não são suficientes para morar em um local mais seguro. Então, quando você vai trabalhar percepção de risco, você também vai discutir outras questões que estão atreladas a vivência daquela comunidade. Uns dizem que a preocupação maior é com os filhos, com a educação deles. Então, a vida e a exigência do dia a dia deles não permitem que eles tenham uma visão a longo e médio prazo. Se você não entender como eles percebem a vida e o dia a dia, fica difícil discutir prevenção. (Coêlho, apud Farias, Scheffel e Schruher Jr, 2011, p. 15)

Finalmente, percebe-se que a trajetória de exclusão social, como indica Lopes (apud Farias, Scheffel e Schruher Jr., 2011) fomenta a falta da percepção de risco: sujeitos que vivem em áreas mais vulneráveis geralmente não identificam os riscos que podem ser agravados, como uma catástrofe de ordem natural. As pessoas em comunidades carentes não têm oportunidade de informações que possibilitem pensar sobre aquele lugar de forma diferenciada, além de conviverem com riscos que conseguiriam ser evitados como se fossem naturais. Assim, a trajetória da exclusão, concomitante à falta da percepção de risco, leva ao fato de que os sujeitos não possuem alternativas próprias e coletivas para diminuição dos riscos.

## 2.3 PSICOLOGIA E ALGUMAS PRÁXIS

A psicologia possui vários campos de atuação, seja na promoção da saúde, inclusão social, política pública ou acolhimento, entre outros. Especificamente na área de desastres e emergências, segundo Coelho (apud Farias, Scheffel e Schruher Jr., 2011):

[...] diante das ações que podem colaborar para a redução dos desastres, algumas intervenções podem ser adotadas, atravessando diversas áreas da Psicologia. Na prevenção, o psicólogo pode cooperar com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS), realizando atividades nas escolas e com as comunidades, com o intuito de avaliar se os indivíduos têm a consciência de que moram em áreas de risco, bem como estabelecer vínculo com a população, pois caso haja um evento adverso, haverá muito mais propriedade em se trabalhar com os indivíduos. (Coelho, apud Farias, Scheffel e Schruher Jr., 2011, p. 14)

Coelho (apud Farias, Scheffel e Schruher Jr., 2011) ainda ressalta:

Ao mesmo tempo em que se discute isso, também se tem a oportunidade de discutir as questões relacionadas ao lixo, questões ambientais vivenciadas por aquela comunidade porque geralmente a gente só discute a questão do risco depois do evento. A partir do momento que começa um trabalho de educação e sensibilização, isso pode ter um efeito de prevenção a médio e em longo prazo. (Coelho apud Farias, Scheffel e Schruher Jr., 2011, p. 14)

Coelho (2006) aponta que, anteriormente, as intervenções era conduzidas com a possibilidade de que houvesse outra guerra, o que leva ao fato de que os estudos a respeito disso fossem coordenados pela psiquiatria sob um espectro da época da Segunda Guerra Mundial. A partir disso, percebe-se que, com a preocupação máxima com o diagnóstico, o cuidado com os sobreviventes a um desastre com as mais variadas demandas era deixado de lado. No entanto, ainda conforme Coelho (2006, p.62), a psicologia tem se envolvido e desenvolvido um novo olhar sobre as práticas na área das emergências e dos desastres, especialmente frente à “preocupação da psicologia é para mudar o paradigma de uma disciplina patologizante”.

Para Rivero (2013), do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), desastres e emergências mobilizam a sociedade e levam a consequências que provocam a demanda por ações da psicologia. Diante disso, cabe, à psicologia, problematizar as questões que abrangem o tema, cuidar as

peças atingidas e observar as noções de atenção à saúde que transcendam a lógica, que descontextualiza os sujeitos sob um paradigma patologizante, no qual os indivíduos que tiveram a experiência de vivenciar o desastre seriam pensados apenas como pessoas de uma interioridade traumatizada. Nesse ponto, questiona-se a massificação e o enaltecimento de algumas maneiras de realizar a psicologia que se fazem em torno do luto, como se fosse a única experiência ou fato legítimo de alguém que passa por uma situação repentina e impactante.

Do ponto de vista psicossocial, para Leal (2010), os desastres são fontes de estresse às pessoas e à comunidade por representarem ameaça à vida e figurarem como o princípio de destruição de construtos sociais. Com as demandas, que são inevitáveis consequências psicológicas a que estão sujeitas as vítimas, o tema entra em pauta para a psicologia. A inserção do psicólogo é gradual, com início no atendimento aos sobreviventes no pós-desastre como sugere o CFP (2005). Nesse sentido, compreende-se a crise como um momento psicologicamente instável e como oportunidade de amadurecimento para que o indivíduo possa se fortalecer diante da descoberta de novas estratégias para resolver um problema. Como a crise pode ser um momento gerador de soluções mal adaptativas e que levam a um nível inferior de funcionamento – concomitante ao aparecimento de sintomas reativos que figuram como indicadores clínicos da resposta à crise – torna-se necessária a intervenção.

Com vistas ao processo interventivo frente às situações explicitadas, entende-se a necessidade de um trabalho técnico interdisciplinar. Demo (1998, p.89), ao definir a interdisciplinaridade como a “... arte do aprofundamento com sentido de abrangência, para dar conta, ao mesmo tempo, da particularidade e da complexidade do real”, salienta também sobre a importância da pesquisa, do pesquisador e de seu trabalho em equipes, com cooperação entre estes, bem como entre as diversas especialidades.

Nesse sentido, Rivero (2013) postula que o processo de formação do psicólogo é mais de instabilidades do que certezas. Por isso, a introdução do tema de emergências e desastres na formação, como campo de reflexão e de intervenções singulares, precisaria ser intensificada. Assim, a temática de emergências e desastres, bem como o desafio de enfrentá-los no processo de formação do psicólogo, reafirma a necessidade de um movimento que, além dos procedimentos técnicos e da promoção dos compromissos coletivos de cuidado consigo e com os outros como

forma de prevenir desastres, entenda a aprendizagem como uma atitude de disponibilidade e alteridade (RIVERO, 2009).

Desse modo, a psicologia das emergências e dos desastres propõe suas intervenções com base nas quatro fases adotadas nas ações de redução de desastres - prevenção, preparação, reposta e reconstrução – de forma a trabalhar a percepção do risco, a sensibilização, e o acompanhamento às pessoas atingidas, direta ou indiretamente, por eventos adversos. Ademais, é relevante enfatizar que, em uma situação de desastre, as pessoas perdem elementos que fazem parte de sua história, como casa, meio de trabalho, documentos, familiares, pessoas conhecidas, animais, dentre outros. Dessa forma, percebe-se que, em determinado momento do acontecimento, durante a experiência, não é necessária nenhuma técnica específica, e sim, é fundamental a atenção ao acolhimento, à aceitação e ao bem-estar desse sujeito, de modo que ele esteja próximo ao outro, com a dor do outro. Tais reflexões são suscitadas pelos postulados de Lopes (apud Farias, Scheffel e Schrubert Jr., 2011).

Finalmente, os psicólogos que atuam no contexto das emergências e desastres, segundo Rivero (2013, p. 11) “vão trabalhar para que o evento não se transforme em sofrimento humano, e sim para facilitação do entendimento de mecanismo de autoproteção, para promoção de comunidades mais seguras”. Tal afirmação do autor leva à conclusão de que a atuação do psicólogo poderá ser desenvolvida em todas as fases apresentadas: antes das catástrofes, sua ação tem cunho preventivo; durante o desastre, a atuação se dá no acolhimento das pessoas afetadas; e, finalmente, na fase da reconstrução, há a contribuição para que as pessoas possam reconstruir seus espaços de vida e suas relações interpessoais.

### **3 OBJETIVOS**

#### **3.1 OBJETIVO GERAL**

Identificar a produção bibliográfica sobre as práticas interventivas desenvolvidas por psicólogos, frente a situações de emergência e desastre, indexadas na *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e publicadas no Brasil, no período de 2011 a 2015.

#### **3.2 OBJETIVO ESPECÍFICO**

Sistematizar a produção bibliográfica segundo autores e instituição de origem, periódico e ano de publicação, tipo de pesquisa, objetivos e resultados.



## 4 MÉTODOS

Foi realizada uma revisão bibliográfica em artigos indexados, entre os anos de 2011 e 2015, na base de referências *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), integrante da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Para Fonseca (2002), a pesquisa bibliográfica se realiza a partir de registros disponíveis e de pesquisas anteriores, ou seja, de levantamentos de referenciais teóricos já analisados. Os objetivos desse tipo de pesquisa são de desvendar, recolher e analisar informações e conhecimentos prévios sobre um determinado fato, assunto, ideia, problema para qual se procura uma resposta.

Como critério de busca dos artigos, empregou-se os descritores “Psicologia”, “Emergência” e “Desastres”, com o filtro “Brasil”. Foram critérios de inclusão: a disponibilidade de leitura na íntegra e adequação ao tema de estudo (ou seja, atuação de psicólogos nos cenários de emergência e desastre); para identificar a produção científica publicada no país, foram selecionados artigos que estivessem em português.

Ao final, apenas quatro artigos foram encontrados, em que três foram selecionados para o período de estudo delimitado – de 2011 a 2015. O quarto artigo foi excluído por se tratar de estudo na área da enfermagem e referenciar a psicologia, mas sem que houvesse uma abordagem específica.

Os três artigos foram sistematizados segundo autores e instituição de origem, periódico e ano de publicação (Quadro 1), e tipo de pesquisa, objetivos e resultados (Quadro 2).

Por se tratar de um estudo que emprega base de referências de acesso público, não houve necessidade de encaminhamento para Comitê de Ética.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos incluídos neste estudo, sistematizados segundo autores e instituição de origem, periódico e ano de publicação se encontram no Quadro 1. Já o tipo de pesquisa, objetivos e resultados estão no Quadro 2.

**Quadro 1** - Artigos selecionados segundo autores e instituição de origem, periódico e ano de publicação.

n	Título/ano	Autores	Revista	Instituição do primeiro autor
1	As contribuições da psicologia nas emergências e desastres. (2011)	MELO, Cecilia Araújo & SANTOS, Felipe Almeida.	Psicólogo in Formação	Universidade Metodista de São Paulo, SP.
2	O papel dos psicólogos em situações de emergências e desastres. (2013)	TRINDADE, Melina Carvalho & SERPA, Monise Gomes.	Estudo, pesquisa e psicologia	Universidade Franciscana-UNIFRA, Santa Maria, RS.
3	Psicologia nas emergências: uma nova prática a ser discutida. (2015)	PARANHOS, Mariana Esteves & WERLANG, Blanca Susana Guevara	Psicologia: Ciência e profissão	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

Fonte: do autor.

Tem-se que, dos três artigos encontrados no período em estudo (2011 a 2015), os mesmos diferiram quanto ao veículo e ao ano de publicação, à autoria e à instituição do primeiro autor. O único elemento em comum entre dois artigos, além do campo em estudo, foi o Rio Grande do Sul (RS) como estado-sede da instituição de origem do primeiro autor.

**Quadro 2** - Artigos selecionados segundo tipo de pesquisa, objetivos e resultados encontrados.

n	Tipo de Pesquisa	Objetivo	Resultados
1	Estudo descritivo	Identificar as contribuições em cenários como o da Defesa Civil e durante o pós-desastre	Tema ainda pouco abordado na formação do psicólogo. Psicologia vem intensificando suas ações para contribuir nas situações de emergência e desastres. Psicólogo pode atuar em todas as fases (prevenção, preparação, resposta e reconstrução).
2	Pesquisa qualitativa: entrevista semiestruturada com dois psicólogos que atuam nessas situações.	Descrever o papel do psicólogo nesse contexto.	O psicólogo pode atuar nas três etapas de formação do desastre, ou seja, nas etapas pré-desastre, desastre e pós-desastre
3	Revisão da literatura	Revisar a bibliografia no campo de atuação do psicólogo frente a desastres	Profissionais não se encontram habilitados para este novo campo de atuação. Necessidade de abordar planejamento para situações de riscos, intervenções em situações de crise e ações perante as situações de emergência e desastre. Poucas pesquisas empíricas.

Fonte: do autor.

Os textos dos artigos identificam a conformação de um novo campo de atuação do psicólogo e seu despreparo para atuar em situações de emergência e desastre. Ainda que possa atuar nas fases prévias, durante e após o desastre, as intervenções descritas se concentram no pós-impacto, na identificação de riscos e vulnerabilidades. Neles, a psicologia é debatida como uma disciplina que contribui para problematizar as situações, processos sociais, culturais e o modo como se dão essas demandas frente a emergências e desastres. Sequencialmente, os artigos dão suporte à discussão sobre como ocorre esse movimento de pensar situações de riscos, vulnerabilidades e eventos traumáticos, gerando novas perspectivas neste novo campo de práticas.

Para Melo e Santos (2011), a psicologia das emergências e desastres estuda as variações e fenômenos pessoais presentes em uma catástrofe, seja natural ou ocasionada pelo homem, que têm como resultado grande número de mortos ou feridos que podem vir a sofrer consequências por toda vida. Neste sentido, desastres, tragédias e catástrofes são situações que descontrolam o indivíduo social e individualmente.

Tal afirmação corrobora os achados de Leal (2010) e Coêlho (2006). Em Leal (2010), quanto à complexidade do conceito de desastre, amplo e constituído através

da natureza, do homem ou de um conjunto de ambos, gerando consideráveis manifestações como consequência, tais como sofrimento material, físico e emocional. Em Coêlho (2006), vislumbra-se que o campo de estudo objetiva identificar as influências dos riscos e acidentes no âmbito subjetivo ou no viés grupal, bem como as diferentes variações e resultados causados nas comunidades atingidas.

Para Paranhos e Werlang (2015), o número de eventos, a magnitude e a destruição dos adversos naturais cresceram dos anos 2000 em diante. São exemplares, entre outros: o sismo e tsunami ocorridos na Ásia em 2004; o furacão Katrina nos EUA, em 2005; os terremotos no Haiti e no Chile, em 2010; e, as inundações na Austrália em 2011.

Em março de 2011, no Japão, ocorreu um efeito dominó: um terremoto de magnitude 9 (que, na escala Richter, corresponde a algo excepcional) gerou um tsunami, que devastou regiões costeiras e atingiu a usina nuclear de Fukushima, gerando um acidente nuclear de nível 7 (grave) em uma escala que chega até 7. Posteriormente, houve vazamento de águas radioativas do reator, contaminando água e solo do entorno e chegando ao Oceano Pacífico.

De comum a estes desastres, Paranho e Werlang (2015) destacam os sentimentos – físicos, sociais e emocionais – que afloram na população pelo sentimento de impotência e o temor pelo grau de devastação e instabilidade. Mais do que isto, como afirma Heredia (2006), ante ao desastre, as formas de reação dos sujeitos ocorrem de formas diferentes a ponto de transcenderem o real.

Coêlho (2006) postula que a dificuldade para o entendimento completo dos fatos ocasionados por desastres e emergências, já que estes costumam ocorrer aceleradamente e alcançam dimensões variadas. Neste caso, o que contribuiria para minorar esta situação seriam intervenções prévias sob a articulação de várias áreas, com trabalhos interdisciplinares auxiliando na preparação de ações e estratégias que visem facilitar a segurança e a volta à vida normal o quanto antes. Ainda, conforme Melo e Santos (2011), os desastres têm potencial de causar sofrimento a um coletivo a nível mundial, e não específico, devido à propagação ágil de notícias pelos meios de comunicação.

Em complemento, Coêlho (2006) pondera quanto às diversas formas de noticiar e o cuidado inerente às mesmas, pois informações erradas ou equivocadas podem atrapalham mais do que ausência das mesmas. Ou seja, as estratégias de

comunicação devem ser empregadas como forma de ajuda e não como um fator complicador e disparador de pânico - o que poderia complicar ainda mais a situação e causar mais prejuízo aos envolvidos.

A psicologia das emergências e dos desastres é um campo relativamente novo e pouco abordado no Brasil. No entanto, em alguns países (como Venezuela, Argentina e Peru), existem sociedades ou grupos nacionais em que a temática e o campo de atuação são bastante conhecidos. Dessa forma, segundo destacam Melo e Santos (2011), a realização de pesquisas contínuas tem a finalidade de aperfeiçoamento de técnicas consagradas de modo que seja possível desenvolver novas técnicas para intervenção a pessoas atingidas por emergência ou desastre.

De acordo com Alves e Legal (2012), a maioria dos trabalhos publicados sobre o psicólogo em intervenções de emergências e desastres estão direcionados para o pós-desastre. Estes estudos têm buscado diagnosticar e tratar transtornos mentais, com foco no estresse pós-traumático (TEPT).

Para Paranhos e Werlang (2015), um novo campo de atuação para a psicologia desponta a partir da percepção das demandas psicológicas de sujeitos que passaram por eventos traumáticos. E, por isso, os profissionais de saúde mental devem empoderar-se de seu papel nestas situações de crise, buscando conhecer o contexto e as implicações que envolvem estas situações.

O profissional, que se dispõe a atuar neste campo, deve compreender as fases que norteiam as chamadas “intervenções em situações de emergências e desastres”, incluindo os parâmetros e estratégias necessários para essas intervenções. Sobre isso, Coêlho (apud Farias, Scheffel e Schrubert Jr., 2011) destaca que as intervenções psicológicas frente a emergências e desastres podem ser conduzidas de maneiras diversas e, por isso, é que se espera que o profissional esteja habilitado à organização de estratégias de prevenção, ao trabalho em conjunto com outras instituições e equipes, à avaliação da compreensão dos sujeitos diante de possíveis eventos e à criação de vínculos com a comunidade.

Dessa forma, a contribuição da Psicologia envolve diversas esferas, como a prevenção e redução de agravos psicológicos, incluindo as consequências resultantes de um evento adverso vivenciado por um sujeito, por uma localidade ou cidades inteiras, como indicam Melo e Santos (2011).

Trindade e Serpa (2013) mencionam que o investimento atual da psicologia consiste em enfrentar as demandas que estão cristalizadas como uma forma de “psiquiatrização” neste campo. Exemplificam esta situação salientando que são efetuadas intervenções com ênfase no pós-desastre, ou seja, no diagnóstico. E, em se identificando a doença, restaria a indicação de terapêutica via medicação. Esta situação também é identificada pelo Centro de Referências em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). Neste contexto, caberia ao profissional psicólogo trazer essa questão das demandas cristalizadas para debate, problematizando o cuidado com as pessoas atingidas, do ponto de vista ético até às noções de cuidados básicos de saúde.

Leal (2010) afirma que a crise, mesmo que seja um momento emocional instável, pode ser fonte de amadurecimento e fortalecimento ao indivíduo. A partir disso, o sujeito seria capaz de entender o poder da resiliência ao passar para a fase em que pensa em soluções e estratégias. A participação efetiva nas discussões sobre emergências e desastres permite a formação de um espaço, na psicologia, para abordagens que demonstrem a subjetividade de cada pessoa, que se apoia e é influenciada pelo sofrimento psíquico pelo qual passa o indivíduo, conforme indicam Trindade e Serpa (2013).

Para Paranhos e Werlang (2015), em situações de emergências e desastres, o parâmetro fundamental seriam os Primeiros Auxílios Psicológicos (PAP), quais sejam: prestar apoio, diminuir o perigo de morte e auxiliar ao sujeito. Os PAP não têm como meta ser um serviço de aconselhamento e, ainda que se convide a pessoa a falar sobre o evento acontecido, não se refere necessariamente à demanda detalhada sobre o evento em si ou sua análise. Para estes autores, não é recomendável haver uma insistência para que se fale dos sentimentos e reações diante da situação no momento do desastre ou emergência, não se configurando em uma forma de terapia, não sendo uma intervenção exclusiva do psicólogo. Entretanto, para a execução dos Primeiros Auxílios Psicológicos, assim como em qualquer protocolo de atuação, deve-se respeitar as normas sociais e culturais do coletivo e dos sujeitos envolvidos ressaltam, ainda, Paranhos e Werlang (2015).

A atuação do psicólogo nas políticas públicas é considerada, por Trindade e Serpa (2013), como um espaço que gera ações a favor da comunidade, propicia maior conhecimento e entendimento dos sujeitos acerca das práxis do profissional

implicados no evento de desastre e emergência. Em seu artigo, Trindade e Serpa (2013) afirmam que o psicólogo pode atuar em todas as fases do evento: antes, durante e após o impacto. Ainda, enfatizam a importância das intervenções do psicólogo no pré-impacto, que se somariam às ações envolvendo os órgãos públicos de assistência à população, proporcionando intervenção contínua ou refletindo sobre a criação de um projeto de promoção condizente com a (nova) realidade local.

Lopes (2010) sistematiza a atuação do psicólogo na redução de desastres em quatro fases, quais sejam: prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Nelas, o psicólogo poderia trabalhar a percepção de riscos e vulnerabilidades, acompanhar os sujeitos de forma direta e indireta, além de estruturar estratégias psicoeducativas, pela transmissão de informações às pessoas e pela busca por avaliar e reduzir o número destes eventos e suas consequências.

Diferentemente do que muitos pensam, não é somente enquanto as emergências estão acontecendo que os órgãos de Defesa Civil entram em ação; ao contrário, o ponto central dos trabalhos realizados pelos agentes é voltado prioritariamente para a prevenção. A partir daí, Melo e Santos (2011) identificam carências na formação do profissional de psicologia neste campo, seja na inserção em equipes de cuidados primários à saúde, nas políticas públicas, seja na realização de cursos de capacitação. Tal situação já é apontada por Rivero (2013), quanto à formação do psicólogo no campo das emergências e desastres, pois a introdução de estágios em instituições como corpo de bombeiros, SAMU, Defesa Civil, entre outros, é muito lenta ou inexistente.

Se, por um lado, inexistente esta lacuna na formação do psicólogo, por outro, as equipes formadas para atuar nas situações de desastre e emergência também desconhecem qual poderia ser o papel dele nas mesmas. Para reverter este quadro, Bindé (2006) elenca seis desafios para alterar esta situação:

Primeiro desafio: desenvolver uma cultura preventiva e de aplicabilidade dos saberes psicológicos, pois desse profissional será exigida uma visão ampla dos setores da vida de uma sociedade, bem como conhecimento específico sobre desastres; Segundo desafio: transitar em diferentes áreas da Psicologia, tais como a Psicologia comunitária, Psicologia clínica, Psicologia do trânsito, Psicologia ambiental, psicopatologia, psicotraumatologia, saúde mental, confrontando-as com suas limitações de ação e inabilidade em tomadas de decisão sob estresse, bem como frente a diferentes interesses e prioridades sócio-político-econômicos antes, durante e depois da ocorrência de um desastre; Terceiro desafio: trabalhar em equipe com paradigmas, geralmente, diferentes ou desconhecidos pelo psicólogo; Quarto desafio:

adotar uma flexibilidade metodológica, visando a buscar respostas práticas e adequadas, sustentadas em um planejamento estratégico orientado para desenvolver algum suporte metodológico consistente e participativo para a construção de um plano de formação de psicólogos na área; Quinto desafio: gerenciar a crise junto à população e aos profissionais envolvidos no complexo cenário de combate e prevenção de desastres; Sexto desafio: implementar uma rede nacional para o desenvolvimento da Psicologia das emergências e dos desastres no País, em nível de graduação e pós-graduação. (Bindé, 2006, p.99)

Como os desastres estão relacionados a perdas materiais e sociais, e geralmente, deixam impactos sobre os sujeitos afetados, as ações do psicólogo podem se dar de forma direta ou indireta. De forma direta, podem ocorrer através de escuta atenta, entrevistas de apoio, ou mesmo como portador de informações necessárias que possam servir para auxiliar os sujeitos se reorientarem perante o evento conforme Trindade e Serpa (2013) indicam. Já Lopes (2010) aponta a importância do acolhimento neste momento, pois nestes eventos os sujeitos acabam perdendo muito de sua identidade, sejam bens materiais - moradia, local de trabalho - ou uma série de elementos com grande valia subjetiva - fotos, pessoas queridas.

Enquanto na atuação de forma indireta, verifica-se a formação e o preparo psicológico de profissionais que trabalhem diretamente na resposta às diversas ocorrências. Para Melo e Santos (2011), profissionais que atuam na área de desastres precisam perceber os impactos que esses fatos causam em si mesmos e que devem prestar atenção à complexidade de sua tarefa de modo a identificar as próprias limitações.

O psicólogo precisa ter conhecimento nas fases de desenvolvimento humano e dar relevância ao vínculo e à preservação dos laços afetivos como suporte de equilíbrio psíquico. Assim, o psicólogo pode desenvolver ações, entre outras, na gestão dos abrigos, em cuidados especiais direcionados a mães/gestantes com filhos, aos idosos ou pessoas com deficiência. Pode também auxiliar na inserção de atividades de recreação, saúde, educação e cuidado com demandas que venham a surgir dentro dos alojamentos. Melo e Santos (2011) indicam:

Por fim, verifica-se que as possíveis contribuições da psicologia na área de emergência e desastres são amplas e relevantes tanto social quanto acadêmica, visto que muito há ainda a ser investigado em relação à prática dos psicólogos no cenário de emergências e desastres. (Melo e Santos, 2011, p. 11)



Muitos países ainda não possuem pesquisas específicas nesta área o que pode levar à existência de problemas pela ausência de modelos de intervenções nacionais para a atuação dos profissionais psicólogos. Algumas intervenções já foram realizadas neste sentido, como as efetuadas nas enchentes de 2008 em Santa Catarina (SC), quando o Conselho Federal de Psicologia (CFP) colocou a temática em debate. Como estas práticas, ainda são muito recentes, Alves e Legal (2012) ressaltam que isso serve como justificativa para a preocupação de vários pesquisadores a respeito da parca produção científica sobre o tema, principalmente no Brasil. Sobre este necessário trabalho na psicologia, Paranhos e Werlang (2015) destacam:

É vital também que se trabalhe mais em termos de pesquisas empíricas que enfoquem os aspectos positivos e criativos do ser humano nestes eventos, e não apenas a questão do trauma como patologia. O trabalho deve ser para a promoção da saúde de forma plena e não apenas empenhando-se em um aspecto das manifestações psicológicas em situações de emergência como o adoecimento psíquico. (Paranhos e Werlang, 2015, p. 568).

Em síntese, “pesquisar sobre saúde não é tema da Psicologia, mas torna-se tema na medida em que a psicologia passa a figurar no campo da saúde e a capturar a saúde/doença como objeto de intervenção” conforme indicam Bernardes, Medeiros e Guareschi (2007, p. 49).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ainda que o número de acontecimentos na área (enchentes, desmoronamentos e deslizamentos de terra em áreas de risco, acidentes com grande número de feridos, tornados e tempestades) tenha ocorrido com maior frequência no mundo e no Brasil, este campo de estudo não encontrou ressonância na produção científica, em psicologia, publicada no país.

Entre 2011 e 2015, apenas quatro artigos foram publicados, sendo três selecionados para esta revisão. Em essência, nenhum apontamento novo foi realizado quanto aos artigos publicados no tema desde o início deste século, persistindo a temática da participação do profissional em psicologia em situações de desastres e emergências como uma lacuna a ser preenchida.

## REFERÊNCIAS

ALVES, L.; LEGAL, J.. **A atuação do psicólogo diante dos desastres naturais:** uma revisão. *Psicologia em Estudo*, Maringá, PR, n. 2, p. 307-315, abr./jun. 2012.

BERNARDES, A.; MEDEIROS, P.F.; GUARESCHI, N. **Saúde e políticas públicas: objetivações de práticas psicológicas.** Implicações da Psicologia no Contemporâneo. Porto Alegre, 2007.

BINDÉ, P. Perspectivas de investigações em Psicologia das emergências e dos desastres na América Latina. Emergências e desastres: aspectos Psicoambientais e vulnerabilidades. Mesa-redonda 5. In: **Anais do I Seminário Nacional-Psicologia das Emergências e dos Desastres:** Contribuições para a Construção de Comunidades mais seguras. Brasília, jun. 2006.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. Das responsabilidades do psicólogo. In: **Código de Ética.** Disponível em <<http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>> 23 de junho de 2016.

BRASÍLIA, DF. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Emergência e desastre sob qual ponto de vista nos mobilizam?** *Entrelinhas*, Porto Alegre, n. 62, p. 18, abr./maio/jun. 2013.

CARVALHO, A. C.; BORGES, I. A.. trajetória histórica e as possíveis práticas de intervenção do psicólogo frente às emergências e os desastres. In: **Anais do V Seminário Internacional da Defesa Civil – DEFENCIL**, São Paulo, 2009.. Disponível em <<http://www.defencil.gov.br/?pg=anaiseletronicos>> 23 de junho de 2016.

COÊLHO, A. L.. Psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção. História e desenvolvimento. Mesa-redonda 2. In: **Anais do I Seminário Nacional-Psicologia das Emergências e dos Desastres:** Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras. Brasília, jun. 2006.

FARIAS, L. C.; SCHEFFEL, R. T.; SCHRUBER Jr., J.. **Atuação do psicólogo nas**

**emergências e desastres.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Faculdade Guilherme Guimbala. Joinville, SC, 2011.

FRANCO, M. H. C. **Saúde Mental em Emergências e Desastres: Contribuições à Prática do Psicólogo.** Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

HEREDIA, A. M.. Psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção. História e desenvolvimento. Mesa-redonda 3. In: **Anais do I Seminário Nacional-Psicologia das Emergências e dos Desastres:** Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras. Brasília, jun. 2006.

LEAL, V.C.T. **Criança Vitima de Desastres:** repercussões emocionais do pós-trauma à luz da Geltat. Monografia apresentada ao Departamento de Pós-Graduação da Faculdade Frassinetti do Recife. Recife, 2010.

LOPES, D. C.; Contribuições da Psicologia para construção de comunidades mais seguras: comportamento, cultura e organização social. Mesa redonda 4. In: **Anais do I Seminário Nacional-Psicologia das Emergências e dos Desastres:** Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras. Brasília, jun. 2006.

MELO, C.A.; SANTOS, F.A. **As contribuições da psicologia nas emergências e desastres.** *Psicólogo inFormação*, São Paulo, n.15, p. 169-181, jan./dez. 2011.

MOLINA, R. Psicologia das emergências e dos desastres: uma área em construção. História e desenvolvimento. Mesa-redonda 2. In: **Anais do I Seminário Nacional-Psicologia das Emergências e dos Desastres:** Contribuições para a Construção de Comunidades mais Seguras. Brasília, jun. 2006.

MOLINA, R.. A psicologia das Emergências e Desastres e compromisso social: a experiência latino-americana. In: **Psicologia de Emergências e Desastres na**

**América Latina: Promoção de Direitos e Construção de Estratégias de Atuação.** Brasília, DF, Conselho Federal de Psicologia, 2011.

PARANÁ. Conselho Regional de Psicologia. **Reconstruindo a vida após um desastre:** a atuação do Psicólogo em situações de emergências. *Revista Contato*, Curitiba, n. 62, p. 16-19, mar/abr. 2009.

PARANHOS, M. E.; WERLANG, B. S. G... **Psicologia nas Emergências:** uma Nova Prática a Ser Discutida. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*. Brasília, DF, n. 2, p. 557-571, abr./jun. 2015.

RIVERO, N., **No meio do caminho havia um desastre... e uma e uma emergência...** *Entrelinhas*, Porto Alegre, n 62, p. 11, abr./maio/jun. 2013.

TRINDADE, M. C.; SERPA, M. G... **O papel dos psicólogos em situação de emergência e desastres.** *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 279-297, jan./abr. 2013.

VALÊNCIO, N.. **Desastres, Ordem Social e Planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro.** *Saúde e Sociedade*, São Paulo, n. 4, p. 748-762, 2010.